

Martini Meat S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da  
Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais  
Paranaguá - Paraná

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR-048555/O-2

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.024	12.792	Fornecedores		5.336	7.028
Aplicações financeiras	8	10.137	-	Empréstimos e financiamentos	15	10.319	30.394
Contas a receber de clientes	9	8.172	12.128	Salários e encargos sociais	16	3.126	2.936
Impostos a recuperar		166	215	Impostos e contribuições a recolher	17	1.135	1.143
Outras contas a receber		930	1.466	Imposto de renda e contribuição social	17	1.335	1.228
Outros ativos		578	534	Dividendos a pagar	10	2.522	1.129
		<u>21.007</u>	<u>27.135</u>	Passivo de arrendamento	14.b	4.743	4.955
				Outras contas a pagar		<u>103</u>	<u>126</u>
						<u>28.619</u>	<u>48.939</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras	8	1.540	-	Empréstimos e financiamentos	15	1.555	32.514
Outras contas a receber		28	-	Impostos e contribuições a recolher	17	72	1.405
Depósitos judiciais	24	1.473	920	Imposto de renda e contribuição social	17	1.268	-
Impostos a recuperar		1.440	1.017	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	14.578	14.482
Propriedades para investimento	11	8.300	8.300	Passivo de arrendamento	14.b	<u>23.100</u>	<u>23.246</u>
Imobilizado	12	140.645	143.211			<u>40.573</u>	<u>71.647</u>
Intangível	13	4.326	4.683				
Direito de uso	14.a	<u>25.043</u>	<u>26.282</u>				
		<u>182.795</u>	<u>184.413</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	19.a	81.272	46.404
				Reservas de lucros	19.b	47.866	39.043
				Ajuste de avaliação patrimonial	19.c	<u>5.472</u>	<u>5.515</u>
						<u>134.610</u>	<u>90.962</u>
		<u>203.802</u>	<u>211.548</u>			<u>203.802</u>	<u>211.548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de prestação de serviços	20	107.426	88.026
Custos dos serviços prestados	21	<u>(72.886)</u>	<u>(59.851)</u>
<b>Lucro bruto</b>		34.540	28.175
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Vendas	21	(387)	(371)
Administrativas e gerais	21	(9.907)	(10.748)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	9 e 21	-	(22)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		<u>(326)</u>	<u>631</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<u>23.920</u>	<u>17.665</u>
Receitas financeiras	22	528	810
Despesas financeiras	22	<u>(8.539)</u>	<u>(11.029)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<u>(8.011)</u>	<u>(10.219)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		15.909	7.446
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.a	(96)	397
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18.a	<u>(5.196)</u>	<u>(2.855)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>10.617</u></u>	<u><u>4.988</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro líquido do exercício	10.617	4.988
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>10.617</u></u>	<u><u>4.988</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		46.404	3.158	30.608	5.492	-	85.662
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	19.c	-	-	(23)	23	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.988	4.988
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal	19.b	-	249	-	-	(249)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.b	-	-	-	-	(1.185)	(1.185)
Dividendos revertidos para reserva de lucros	19.b	-	-	1.497	-	-	1.497
Reserva para retenção de lucros	19.b	-	-	3.554	-	(3.554)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		46.404	3.407	35.636	5.515	-	90.962
Aumento de capital	19.a	34.868	-	-	-	-	34.868
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	19.c	-	-	43	(43)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.617	10.617
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal	19.b	-	531	-	-	(531)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.b	-	-	-	-	(2.522)	(2.522)
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores	19.b	-	-	-	-	(42)	(42)
Dividendos revertidos para reserva de lucros	19.b	-	-	727	-	-	727
Reserva para retenção de lucros	19.b	-	-	7.522	-	(7.522)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<u>81.272</u>	<u>3.938</u>	<u>43.928</u>	<u>5.472</u>	<u>-</u>	<u>134.610</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		15.909	7.446
<b>Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	12 e 13	9.159	11.067
Depreciação do ativo de direito de uso	14	6.093	5.238
Despesas de juros de arrendamento	14.b	2.787	2.776
Custo residual do ativo imobilizado alienados ou baixados	12	871	136
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes	9	-	22
Provisão para contingências	24	577	1.191
Despesas de juros de empréstimos	15	4.674	7.349
		<u>40.070</u>	<u>35.225</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber de clientes	9	3.956	(4.943)
Outros ativos		(1.040)	(436)
Fornecedores		(1.692)	(1.226)
Valores a pagar por sinistros		-	(393)
Outros passivos		(4.757)	904
		<u>36.537</u>	<u>29.131</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(238)	(1.489)
		<u>36.299</u>	<u>27.642</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado	12	(7.039)	(1.450)
Aquisições de intangível	13	(68)	(74)
Aplicações financeiras	8	(11.677)	-
		<u>(18.785)</u>	<u>(1.524)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aporte de capital	19.a	34.868	-
Dividendos distribuídos	19.b	(444)	(661)
Empréstimos e financiamentos captados	15	8.866	1.473
Empréstimos e financiamentos pagos	15	(60.555)	(21.781)
Amortização de arrendamento - principal	14.b	(7.999)	(7.221)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	15	(4.019)	(4.147)
		<u>(29.283)</u>	<u>(32.337)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>			
		<u>(11.768)</u>	<u>(6.219)</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	7	12.792	19.011
No fim do exercício	7	1.024	12.792
		<u>(11.768)</u>	<u>(6.219)</u>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Martini Meat” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na BR 277, KM 6, em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluídos produtos congelados e resfriados, *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costuras de sacos, unitização e desunitização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios.

A Martini Meat possui armazéns nas localidades de Paranaguá/PR, Ponta Grossa/PR, Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

#### 1.1 Situação da Covid-19

A Administração da Companhia instituiu um comitê multidisciplinar de gerenciamento de crise específico para tratar do tema da COVID-19 e, por meio desse comitê, está monitorando a evolução da crise instaurada, aplicando ações alinhadas com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

##### a. Cuidado com os colaboradores.

Adoção de *home office* para parte dos colaboradores, inclusive outras que sejam consideradas como grupo de risco, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências da Companhia; adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social; disponibilização de veículos para os colaboradores que deixem de utilizar transporte público; férias coletivas e utilização de banco de horas; e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais. Foi estabelecido plano de retomada gradual dos colaboradores às suas bases, preservando àqueles considerados em grupo de risco.

##### b. Impactos econômico-financeiros

A maior parte das atividades da Companhia é considerada essencial, abrangendo, por exemplo, armazenamento de alimentos e produtos perecíveis. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento

#### 1.2 Venda de participação societária – Mudança controlador

Em 11 de novembro de 2021, os acionistas da Companhia Novo Oriente Participações Ltda., cuja participação era de 99,58% (46.211.277 ações) e Sr. Celso Antonio Frare, com participação de 0,42% (192.490 ações) venderam suas ações para a empresa DMX Logística Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Bertolino Serpa, nº 250, controlada pela empresa Ecla Brazil Holdings Ltda. que passou a ser sócia ingressante e acionista majoritária com participação de 100% na Companhia.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de junho de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **(a) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** – prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

### **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

**Nota explicativa 12** – determinação das vidas úteis do ativo imobilizado;

**Nota explicativa 18** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados;

**Notas explicativas 24** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

### **a. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### **b. Receita de contrato com cliente**

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas aos contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 20.

### **c. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui benefícios a empregados de longo prazo.

### **d. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

### **e. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente

no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## f. Imobilizado

### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### (ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os dois exercícios apresentados são as seguintes:

Edificações	2% a 4% a.a
Veículos e tratores	6% a 17% a.a
Máquinas e equipamentos	8% a 17% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Outros	4% a 25% a.a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## g. Intangível

### Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas para os dois exercícios são as seguintes:

Direitos de software	20%
----------------------	-----

**h. Proriedade para investimentos**

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita de aluguel, durante o prazo de arrendamento.

**i. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Todos os ativos financeiros da Companhia atualmente estão mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado e são subsequentemente mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**j. *Redução ao valor recuperável (Impairment)***

**(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperada***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

#### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

#### **(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de

Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**k. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

**l. Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**m. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que

sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

*Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**(ii) Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

**n. Novas normas e interpretações não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

**Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

**Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

**Outras Normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 contratos de seguros.
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1).
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8).

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Caixa e bancos	351	98
Aplicações financeiras (i)	673	12.694
	<u>1.024</u>	<u>12.792</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos (CDB's) e compromissadas de terceiros remunerados à taxa média de 60% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (100% em 2020) e que apresentam liquidez imediata.

## 8 Aplicações financeiras

O saldo de R\$ 11.677 refere-se aplicações em certificados de depósitos (CDB's) e compromissadas de terceiros remunerados à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que atendem obrigação exclusivas e estão vinculadas como garantia de empréstimos.

## 9 Contas a receber de clientes

	2021	2020
No país	8.200	12.156
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(28)</u>	<u>(28)</u>
	<b><u>8.172</u></b>	<b><u>12.128</u></b>
<b>Provisão para perda por redução ao valor recuperável</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldo inicial	(28)	(6)
Adições	<u>-</u>	<u>(22)</u>
	<b><u>(28)</u></b>	<b><u>(28)</u></b>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Exercícios	Saldo a vencer	Saldo vencido				Provisão para perdas	Total
		< 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias		
31/12/2021	8.154	18	-	-	28	(28)	8.172
31/12/2020	11.991	48	23	66	28	(28)	12.128

## 10 Partes relacionadas

	2021	2020
<b>Dividendos a pagar</b>		
Celso Antonio Frare	-	5
Novo Oriente Participações Ltda.	-	1.124
DMX Logística Ltda. (nota explicativa 1.1)	<u>2.522</u>	<u>-</u>
	<b><u>2.522</u></b>	<b><u>1.129</u></b>

**a. Remuneração do pessoal chave da administração**

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 504 (R\$ 465 em 2020). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

**11 Propriedades para investimento**

Referem-se a 4 terrenos localizados em Paranaguá/PR não destinados ao uso da Companhia em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização de capital. A Companhia optou pelo método de mensuração a custo. A mensuração do valor justo dos terrenos classificados como propriedade para investimento é de R\$ 14.550 (R\$ 21.245 em 2020). O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por estudos internos da Companhia e por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

**12 Imobilizado**

**a. Composição**

	2021			2020		% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Edificações	114.516	(23.903)	90.613	90.681		2 a 4
Veículos e tratores	3.116	(1.876)	1.240	1.393		6 a 17
Máquinas e equipamentos	84.762	(48.103)	36.659	39.143		8 a 17
Móveis e utensílios	2.087	(1.744)	343	415		10
Obras em andamento	641	-	641	152		-
Terrenos	7.657	-	7.657	7.657		-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.048	(12.556)	3.492	3.770		4 a 25
	<b>228.827</b>	<b>(88.182)</b>	<b>140.645</b>	<b>143.211</b>		

**b. Movimentação**

Classes do imobilizado	2020 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021					
	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	90.681	2.711	-	18	(2.797)	90.613
Veículos e tratores	1.393	-	(3)	-	(150)	1.240
Máquinas e equipamentos	39.143	3.224	(528)	64	(5.244)	36.659
Móveis e utensílios	415	39	(1)	-	(110)	343
Obras em andamento	152	908	(337)	(82)	-	641
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	3.770	157	(2)	4	(437)	3.492
	<b>143.211</b>	<b>7.039</b>	<b>(871)</b>	<b>4</b>	<b>(8.738)</b>	<b>140.645</b>

Classes do imobilizado	2019					Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020	
	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido	
Edificações	90.823	512	-	2.071	(2.725)	90.681	
Veículos e tratores	1.607	53	(95)	-	(172)	1.393	
Máquinas e equipamentos	44.285	711	(36)	(511)	(5.306)	39.143	
Móveis e utensílios	511	11	-	-	(107)	415	
Obras em andamento	1.558	154	-	(1.560)	-	152	
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657	
Outros	5.063	9	(5)	-	(1.297)	3.770	
	<b>151.504</b>	<b>1.450</b>	<b>(136)</b>	<b>-</b>	<b>(9.607)</b>	<b>143.211</b>	

**c. Revisão da vida útil estimada e recuperabilidade dos ativos**

A Companhia, ao final de cada exercício social, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Anualmente, a Companhia revisa o valor estimado de recuperação do seu ativo imobilizado. A Administração não identificou indicativo da necessidade de registro de provisão para ajuste do valor de realização (“*impairment*”).

## 13 Intangível

**a. Composição**

	2021			2020		% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido		
Intangível						
Ágio	3.675	-	3.675	3.675	-	
Direitos de software	17.206	(16.555)	651	1.007	20	
	<b>20.881</b>	<b>(16.555)</b>	<b>4.326</b>	<b>4.683</b>		

**b. Movimentação**

Classes do intangível	2020	Movimentação até 31 de dezembro de 2021			2021
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Ágio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	1.008	68	(4)	(421)	651
	<b>4.683</b>	<b>68</b>	<b>(4)</b>	<b>(421)</b>	<b>4.326</b>

	<u>2019</u>	<u>Movimentação até 31 de dezembro de 2020</u>			<u>2020</u>
Classes do intangível	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Ágio	3.675	-	-		3.675
Direitos de software	<u>2.394</u>	<u>74</u>	-	<u>(1.460)</u>	<u>1.008</u>
	<u><b>6.069</b></u>	<u><b>74</b></u>	<u>-</u>	<u><b>(1.460)</b></u>	<u><b>4.683</b></u>

***Ágio na aquisição - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.***

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15/IFRS 3 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

***Teste por redução ao valor recuperável (ágio)***

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o teste de impairment do ágio por expectativa de rentabilidade futura e o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil.

## 14 Arrendamentos

### a. Direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a edificações e veículos arrendados estão apresentados abaixo:

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2021	25.342	891	49	26.282
Depreciação	(5.139)	(891)	(63)	(6.093)
Remensuração	<u>3.756</u>	<u>969</u>	<u>129</u>	<u>4.854</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u><b>23.959</b></u>	<u><b>969</b></u>	<u><b>115</b></u>	<u><b>25.043</b></u>
	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2020	24.765	850	219	25.834
Depreciação	(4.165)	(892)	(181)	(5.238)
Remensuração	2.347	42	11	2.400
Novos contratos	<u>2.395</u>	<u>891</u>	<u>-</u>	<u>3.286</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u><b>25.342</b></u>	<u><b>891</b></u>	<u><b>49</b></u>	<u><b>26.282</b></u>

**b. Passivo de arrendamentos**

As taxas médias de descontos usadas foram de 9,94% (9,90% em 2020) por ano para edificações e 8,18% (8,97% em 2020) por ano para veículos. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia.

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2021	27.258	891	52	28.201
Pagamento do arrendamento	(7.007)	(924)	(69)	(7.999)
Juros apurados	2.746	33	8	2.787
Novos contratos	3.756	969	129	4.854
Em 31 de dezembro de 2021	<b>26.753</b>	<b>969</b>	<b>120</b>	<b>27.843</b>
Circulante	3.865	807	71	4.743
Não circulante	22.888	162	49	23.100
	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2020	25.842	888	230	26.960
Pagamento do arrendamento	(6.043)	(977)	(201)	(7.221)
Juros apurados	2.718	46	12	2.776
Remensuração	2.347	42	11	2.400
Novos contratos	2.395	891	-	3.286
Em 31 de dezembro de 2020	<b>27.258</b>	<b>891</b>	<b>52</b>	<b>28.201</b>
Circulante	4.095	812	48	4.955
Não circulante	23.163	79	4	23.246

## 15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade (em moeda nacional)	Encargos	2021	2020
Finame		-	14.720
Leasing	1,18% a.m	2.196	2.841
Capital de giro	1,00% a.m	9.678	45.347
<b>Total</b>		<b>11.874</b>	<b>62.908</b>
Circulante		10.319	30.394
Não circulante		1.555	32.514
A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:			
		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo inicial</b>		62.908	80.014
Novas captações		8.866	1.473
Pagamento de principal		(60.555)	(21.781)
Juros pagos sobre empréstimos		(4.019)	(4.147)
Juros provisionados sobre empréstimos		4.674	7.349
<b>Saldo final</b>		<b>11.874</b>	<b>62.908</b>

### Vencimentos a longo prazo

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	<b>2021</b>
2023	710
2024	845
	<b>1.555</b>

Em 31 de dezembro de 2021 os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do sócio majoritário no valor de R\$ 9.678. Além disso, nas datas de levantamento das demonstrações financeiras, existiam aplicações financeiras oferecidas a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no valor de R\$ 11.677.

## 16 Salários e encargos sociais

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Salários e férias a pagar	2.456	2.418
INSS	455	363
FGTS	138	112
IRRF	77	43
	<b>3.126</b>	<b>2.936</b>

## 17 Impostos a recolher

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imposto de renda	2.149	2.382
Contribuição social	454	459
ISS	523	521
COFINS	533	324
PIS	116	70
Impostos retidos	35	20
	<b>3.810</b>	<b>3.776</b>
Circulante	2.470	2.371
Não circulante	1.340	1.405
	<b>3.810</b>	<b>3.776</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

### a. Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisão de contingências	1.874	1.678
Mais valia Refribras	1.483	1.413
Custos dos empréstimos	(52)	(79)
Ativo imobilizado – custo atribuído	(2.818)	(2.841)
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação)	(15.773)	(15.039)
Ativo de direito de uso- arrendamentos	675	652
Outros	33	(266)
	<b>(14.578)</b>	<b>(14.482)</b>

### b. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Resultado antes dos impostos	15.909	7.446
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	<b>(5.409)</b>	<b>(2.532)</b>
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Despesas indedutíveis	1	2
Exclusões permanentes	116	72
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(96)	397
Corrente	(5.196)	(2.855)
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(5.292)</b>	<b>(2.458)</b>
Alíquota efetiva	33,3%	33,0%

## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 11 de novembro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 29.868 e em 16 de novembro de 2021, de R\$ 5.000, mediante a emissão de 34.868.569 de novas ações ordinárias. Em razão do

aumento, o capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é representado por 81.272.336 ações com valor nominal de R\$ 1 cada, que representam o valor total de R\$ 81.272 (R\$ 46.404 em 2020), pertencentes a DMX Logística Ltda., cuja participação é de 100% (Nota explicativa 1.1).

## **b. Reservas de lucros**

### ***Reserva legal***

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### ***Dividendos***

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro líquido do exercício	10.617	4.988
Reserva legal - 5%	<u>(531)</u>	<u>(249)</u>
Base de cálculo dos dividendos	10.086	4.739
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u><b>2.522</b></u>	<u><b>1.185</b></u>

Durante o exercício os acionistas deliberaram pela reversão de dividendos distribuídos em exercícios anteriores no montante de R\$ 727 (R\$ 1.497 em 2020).

Em 22 de outubro de 2021 os acionistas determinaram a distribuição e pagamento de dividendos de exercícios anteriores no montante de R\$ 42.

### ***Reserva de retenção de lucros***

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2021 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

## **c. Ajuste de avaliação patrimonial**

Ajuste de avaliação patrimonial incluem a variação líquida acumulada do valor justo para itens do imobilizado disponíveis para a operação da Companhia até que os ativos sofram redução do valor justo pela depreciação e amortização.

## **20 Receita líquida de prestação de serviços**

### **a. Fluxo de receitas**

A Companhia gera receita pela prestação de serviço de armazenamento e locação de imóveis e equipamentos.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Serviços prestados		
Receita de armazenamento	107.450	85.981
Receita de locação de imóveis e equipamentos	15.165	14.398
	122.615	100.379
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(15.021)	(12.146)
Devoluções e abatimentos	(168)	(207)
	(15.189)	(12.353)
	<b>107.426</b>	<b>88.026</b>

**b. Mensuração e reconhecimento da receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
<b>Receita de armazenamento</b>	A obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo, ou seja, durante a prestação do serviço de armazenamento. Os pagamentos dependem de negociação específica com cada cliente, entretanto, são realizados, normalmente, durante o período de armazenagem.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do trabalho realizado
<b>Receita de locação de imóveis e equipamentos</b>	As receitas são realizadas mensalmente pelo pagamento dos imóveis e equipamentos locados.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os ativos são locados.

**21 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos**

Os custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos é o seguinte:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesa com benefícios a empregados	(25.573)	(20.069)
Despesas com energia elétrica	(11.762)	(7.720)
Despesas de depreciação e amortização	(9.160)	(11.067)
Fretes	(8.985)	(8.695)
Manutenção e reparos	(6.323)	(5.636)
Depreciação – direito de uso	(6.093)	(5.238)
Serviços de terceiros	(5.203)	(5.288)
Embalagens	(1.685)	(793)
Comissão sobre vendas	(1.564)	(1.552)
Combustíveis e lubrificantes	(1.361)	(825)
Seguros	(1.288)	(637)
Vigilância e segurança	(1.083)	(1.121)
Locação de imóveis e equipamentos	(221)	(82)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(22)
Outros	(2.879)	(2.247)
	<b>(83.180)</b>	<b>(70.992)</b>

**Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função**

Custos dos serviços prestados	(72.886)	(59.851)
Despesas com vendas	(387)	(371)
Despesas administrativas e gerais	(9.907)	(10.748)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(22)
	<u>(83.180)</u>	<u>(70.992)</u>

## 22 Despesas financeiras, líquidas

	2021	2020
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.509)	(5.511)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(347)	(331)
Juros de arrendamentos	(2.787)	(2.776)
Variação cambial passiva	(658)	(1.838)
Outros	(1.238)	(573)
	<u>(8.539)</u>	<u>(11.029)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre ativos financeiros	528	810
Variação cambial ativa	-	-
	<u>528</u>	<u>810</u>
	<u>(8.011)</u>	<u>(10.219)</u>

## 23 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2021		2020	
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Total
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.024	-	1.024	12.792
Aplicações financeiras	8	11.677	-	11.677	-
Contas a receber de clientes	9	8.172	-	8.172	12.128
		<b>20.873</b>	<b>-</b>	<b>20.873</b>	<b>24.920</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores		-	5.336	5.336	7.028
Empréstimos e financiamentos	15	-	11.874	11.874	62.908
Passivo de direito de uso	13(b)	-	27.843	27.843	28.201
		<b>-</b>	<b>45.053</b>	<b>45.053</b>	<b>98.137</b>

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**(i) Estrutura de gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre contas a receber de clientes reconhecidas no resultado está divulgadas na nota 8.

*Caixa e equivalentes de caixa* - A Companhia detém ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 1.024 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.792 em 2019 ). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AAA baseado na agência Fitch Ratings.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O vencimento contratual de empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 15.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(v) **Risco de taxa de juros**

A Companhia adota como política manter sua exposição a juros pre-fixados.

## 24 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2021			2020
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	309	(793)	(484)	56
Tributárias	5.203	(6.192)	(989)	(977)
	<b>5.512</b>	<b>(6.985)</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(920)</b>

### Movimentação da provisão para contingências

	2021			
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	678	74	(443)	309
Tributárias	4.257	946	-	5.203
	<b>4.935</b>	<b>1.020</b>	<b>(443)</b>	<b>(5.512)</b>
	2020			
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	227	451	-	678
Tributárias	3.517	740	-	4.257
	<b>3.744</b>	<b>1.191</b>	<b>-</b>	<b>(4.935)</b>

Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante estimado de R\$ 9.305 (R\$ 9.292 em 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* não requerem sua contabilização.

## 25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros patrimonial está composta por R\$ 338.644 para danos materiais, sendo R\$ 122.959 para cobertura predial, R\$ 83.186 para máquinas, móveis e utensílios, R\$ 54.200 para estoques de mercadorias e R\$ 78.299 para cobertura de lucros cessantes.

\* \* \*